

Os estados e municípios produtores pagarão a maior parte da conta. A parcela de repartição dos royalties destinada a eles cairá de 61,25% para 40% em 2012 e continuará a diminuir gradualmente, até chegar a 26%, em 2020. O relator alega que, com o crescimento da produção previsto para os próximos anos, os produtores não sofrerão perdas nominais dos valores que recebem hoje.

Durante a leitura do relatório no Senado, no fim da tarde de ontem, os representantes dos estados produtores se exaltaram. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu que, com as mudanças propostas pelo relator, os municípios produtores vão ter perdas na participação especial de quase R\$ 1,5 bilhão. "Impressiona a coragem que esse grupo teve para enfrentar o Rio e o Espírito Santo, mas faltou coragem para ir para cima das petroleiras e falar grosso com a União", acusou o senador.

CCJ do Senado vota Comissão da Verdade

» EDSON LUIZ

Apesar da pressão de familiares de desaparecidos políticos, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) não deve fazer mudanças substanciais em seu relatório sobre a Comissão da Verdade, previsto para ser votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em uma audiência pública realizada ontem no Senado, parentes de vítimas da ditadura pediram, entre outras demandas, que fosse suprimido do texto aprovado na Câmara o artigo que impede a punição aos autores de crimes de violação dos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Esse período também foi questionado pelos familiares, que querem limitar o tempo das investigações (veja quadro), evitando que a comissão se prolongue e perca seu objetivo.

Aloysio Nunes, no entanto, deve manter o texto original da



Audiência pública no Senado: familiares cobraram mudanças no texto

Câmara, conforme acordo entre a base governista e a oposição. Mas admite fazer algumas adequações pontuais, como o período da investigação. O relator ressalta que a Comissão da Verdade pode focar os anos que considerar mais importantes, como os do regime militar, e

prolongar até 1988, na época da redemocratização. Porém, o parlamentar não deve modificar a parte do projeto que cita a Lei da Anistia como impedimento para que os autores de violações dos direitos humanos na ditadura sejam penalizados. Esse ponto foi o que mais

inquietou os militares durante a fase de discussão da proposta.

Embora não contemple esse pedido, senadores acreditam que o texto atual abrange boa parte das reivindicações. "Não é tão distante o que os familiares querem daquilo que a Câmara já aprovou", afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS), presente na audiência de ontem.

Na Câmara, a discussão da Comissão da Verdade foi esvaziata ontem. Houve um seminário sobre anistia e direitos humanos com a presença de parlamentares e movimentos sociais, mas nenhum ministro convidado compareceu ao evento. Foram chamados José Eduardo Cardozo, da Justiça; Celso Amorim, da Defesa; Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União (AGU); Miriam Belchior, do Planejamento; e Antônio Patriota, das Relações Exteriores.

As famílias dos desaparecidos políticos nos anos de ditadura militar entregaram ontem várias sugestões de mudanças na Comissão da Verdade, cujo relatório será votado nesta quarta-feira, na CCJ do Senado. Confira os principais pedidos.

- ✓ Retirada da referência que impediria a punição dos responsáveis pelos crimes cometidos no regime militar.
- ✓ Ampliação dos prazos de vigência da Comissão da Verdade, que, no projeto atual, é de dois anos. Uma das propostas é que o tempo de atuação do colegiado possa ser prorrogado conforme o necessário.
- ✓ Vetar a participação dos militares na comissão.
- ✓ Divulgar os documentos sigilosos que forem analisados pelo grupo.
- ✓ Trocar no texto a frase que define a finalidade da comissão, que hoje é de "promover a reconciliação nacional", por "promover a consolidação da democracia".